

Cemitérios da Serra Geral de Minas Gerais: memória, cuidado e preservação



RESUMO

Este artigo analisa os desafios e as possibilidades para a preservação dos cemitérios na Serra Geral de Minas Gerais, compreendendo-os como espaços de memória, de vínculo comunitário e de permanência no território. Mais do que locais de sepultamento, esses espaços reúnem práticas culturais, sentidos religiosos, laços afetivos e formas de cuidado que ajudam a compreender a relação entre as comunidades e seus mortos. O texto defende que sua preservação precisa ir além das soluções técnicas, incorporando a escuta das populações locais, o reconhecimento dos saberes comunitários e a atenção aos valores materiais e imateriais associados aos cemitérios. Também discute caminhos de reconhecimento institucional, como inventários culturais, tombamento, regularização fundiária e ações de salvaguarda. Ao articular preservação, memória, participação comunitária e instrumentos de proteção, o artigo busca contribuir para o debate sobre os espaços fúnebres e sua importância para a compreensão das relações entre território, cultura e vida comunitária.

Palavras-chave: Cemitérios; Serra Geral; Memória; Preservação; Território.

* Doutorando em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG). Membro da Associação Brasileira de Estudos Cemitérios (ABEC). CV: <http://lattes.cnpq.br/9793865719348593>

Cemeteries of the Serra Geral Region of Minas Gerais: memory, care, and preservation

ABSTRACT

This article analyzes the challenges and possibilities for preserving cemeteries in the Serra Geral region of Minas Gerais, understanding them as spaces of memory, community bonds, and permanence in the territory. More than burial sites, these spaces bring together cultural practices, religious meanings, affective ties, and forms of care that help us understand the relationship between communities and their dead. The text argues that their preservation must go beyond technical solutions by incorporating the voices of local populations, recognizing community knowledge, and attending to the material and immaterial values associated with cemeteries. It also discusses paths toward institutional recognition, such as cultural inventories, heritage listing, land tenure regularization, and safeguarding actions. By articulating preservation, memory, community participation, and protection instruments, the article seeks to contribute to the debate on funerary spaces and their importance in understanding the relationships between territory, culture, and community life.

Keywords: Cemeteries; Serra Geral; Memory; Preservation; Territory.

Cementerios de la Serra Geral de Minas Gerais: memoria, cuidado y preservación

RESUMEN

Este artículo analiza los desafíos y las posibilidades para la preservación de los cementerios en la Serra Geral de Minas Gerais, comprendiéndolos como espacios de memoria, de vínculo comunitario y de permanencia en el territorio. Más que lugares de sepultura, estos espacios reúnen prácticas culturales, sentidos religiosos, lazos afectivos y formas de cuidado que ayudan a comprender la relación entre las comunidades y sus muertos. El texto sostiene que su preservación debe ir más allá de las soluciones técnicas, incorporando la escucha de las poblaciones locales, el reconocimiento de los saberes comunitarios y la atención a los valores materiales e inmateriales asociados a los cementerios. También discute caminos de reconocimiento institucional, como los inventarios culturales, la declaración patrimonial, la regularización de tierras y las acciones de salvaguardia. Al articular la preservación, la memoria, la participación comunitaria y los instrumentos de protección, el artículo busca contribuir al debate sobre los espacios fúnebres y su importancia para comprender las relaciones entre territorio, cultura y vida comunitaria.

Palabras clave: Cementerios; Serra Geral; Memoria; Preservación; Territorio.



A relação entre os espaços funerários e os territórios da Serra Geral de Minas Gerais² revela aspectos fundamentais sobre a memória, a identidade e a resistência de comunidades historicamente marginalizadas. A morte, compreendida como experiência social e histórica, produz rituais, espacialidades e formas de pertencimento que variam conforme os contextos culturais e territoriais (Ariès, 2014; Reis, 2023). No caso brasileiro, os lugares dos mortos também participam dos processos de ocupação, permanência e organização simbólica do território, como observa Cymbalista (2011). Essa compreensão dialoga com a leitura de Ariès (2014), para quem as atitudes diante da morte se transformam historicamente e revelam modos diversos de organização da vida social, dos rituais e das relações entre vivos e mortos. Assim, os cemitérios podem ser entendidos como espaços nos quais essas mudanças se materializam, reunindo formas de cuidado, lembrança, religiosidade e pertencimento.

A pesquisa parte do reconhecimento dos cemitérios como lugares de memória coletiva, que expressam relações profundas com a terra e com os mortos. Ao valorizar esses espaços, busca-se entender como eles se articulam à luta pelo direito à terra, à visibilidade cultural e à permanência de práticas tradicionais. O trabalho também chama a atenção para os riscos de apagamento enfrentados por muitos desses cemitérios, seja pela ausência de políticas públicas, pela expansão urbana, pela descaracterização das práticas locais ou pela invisibilidade institucional.

A primeira seção trata dos princípios de conservação e da importância da autenticidade e da integridade física e simbólica na preservação. Com base em revisão bibliográfica sobre preservação patrimonial, cemitérios e memória, articulada à análise documental de cartas patrimoniais, normas técnicas e instrumentos de proteção cultural, essa parte discute a necessidade de abordagens que integrem diferentes áreas do conhecimento e destaca o papel das comunidades no cuidado e na valorização dos cemitérios.

A segunda seção enfatiza a participação ativa dos moradores na preservação dos espaços funerários. Com base em revisão bibliográfica sobre participação comunitária, educação patrimonial e conservação de bens culturais, articulada à análise documental de políticas e instrumentos de preservação e, quando disponíveis, a registros de campo e narrativas locais, a seção aborda temas como gestão compartilhada, educação patrimonial e metodologias de conservação baseadas na intervenção mínima. Essa parte mostra como os saberes locais e as práticas cotidianas de cuidado são fundamentais para garantir a continuidade da memória e do vínculo com os mortos.

A terceira seção analisa os caminhos legais e políticos para assegurar a permanência e a valorização dos cemitérios históricos. São discutidos instrumentos como o tombamento, os inventários culturais, o reconhecimento como patrimônio imaterial e as ações de regularização fundiária, com foco nas especificidades das comunidades da Serra Geral.

² O Território da Serra Geral, situado na Região Geográfica Intermediária de Montes Claros, é composto por 16 municípios: Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Verdelândia. Segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população total desses municípios soma aproximadamente 274–280 mil habitantes.

Figura 1. Localização da Serra Geral de Minas Gerais/ MG

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Ao longo do texto, defende-se que a conservação dos cemitérios deve ir além das soluções técnicas e envolver uma escuta atenta às vozes das comunidades, respeitando suas formas de expressão e suas histórias. Preservar esses espaços também é uma forma de garantir o direito à memória, à dignidade e à diversidade cultural. Nessa direção, o artigo dialoga com debates desenvolvidos nos campos do patrimônio cultural, da memória social, da produção do espaço e dos estudos sobre práticas funerárias, em interlocução com pesquisadores, comunidades locais e agentes públicos envolvidos na proteção desses espaços.

Neste trabalho, preservação é entendida como o conjunto de ações materiais, simbólicas, institucionais e comunitárias voltadas à permanência dos cemitérios e de seus sentidos sociais. Memória como a construção social do passado nas práticas, narrativas e rituais, e território como espaço vivido, apropriado e significado pelas comunidades.

Essa compreensão de território dialoga com a leitura do espaço como produção social, marcada por práticas, relações, usos e sentidos historicamente construídos (Lefebvre, 2006). Nessa direção, os cemitérios podem ser compreendidos como parte das formas concretas de apropriação do espaço, pois reúnem usos, memórias, vínculos familiares, referências religiosas e práticas coletivas que ajudam a constituir o território vivido pelas comunidades. A noção de território usado também contribui para essa análise, ao permitir compreender que os lugares não se definem apenas por sua localização física, mas pelas ações, valores e experiências que neles se acumulam ao longo do tempo (Santos, 1996).

Este artigo busca, assim, contribuir para a discussão sobre a preservação patrimonial dos espaços fúnebres, reforçando a importância de políticas públicas construídas com diálogo, respeito e compromisso com a história, a memória e os vínculos sociais que esses lugares abrigam.

Fundamentos e Valores da Preservação dos Espaços Fúnebres

A conservação de cemitérios ligados aos processos de formação, ocupação e permanência das comunidades no território exige uma abordagem que considere, ao mesmo tempo, sua integridade física e seus sentidos simbólicos. Esses espaços são fundamentais para a preservação da memória coletiva e do patrimônio cultural, pois reúnem marcas materiais, práticas sociais e vínculos afetivos construídos ao longo do tempo. Nessa perspectiva, princípios como autenticidade e integridade desempenham papel central, uma vez que orientam intervenções comprometidas com a preservação das características materiais, espaciais e simbólicas dos cemitérios. Assim, a conservação deve equilibrar a proteção física de túmulos, lápides e demais elementos funerários com o respeito à função cultural, social e emocional que esses espaços mantêm para as comunidades, como discutem Cymbalista, Feldman e Kühl (2017) e Stasyuk (2019).

Um aspecto central da conservação é a preservação da materialidade original dos cemitérios, como lápides, esculturas, túmulos, inscrições e ornamentos. A autenticidade desses elementos está relacionada à manutenção dos materiais históricos e à realização de intervenções mínimas, preservando a forma, a simbologia, a técnica construtiva e as marcas do tempo presentes em cada estrutura (Cymbalista; Feldman & Kühl, 2017). Nessa direção, busca-se evitar substituições, revestimentos e reformas padronizadas que apagam a historicidade dos elementos funerários e descaracterizam esses espaços. Nesse texto, “*reproduções modernas*” refere-se justamente a isso: versões novas e homogêneas que rompem com a materialidade e os sentidos históricos dos elementos originais. Por isso, a preservação de inscrições, ornamentos e desgastes do tempo também é importante, já que esses traços guardam marcas das práticas funerárias e das relações das comunidades com seus mortos.

Figura 2. Túmulos no Cemitério Rio Verde, zona rural de Matias Cardoso - MG



Fonte: Fotografado pelo autor, 2024

Em comunidades rurais, a preservação dos elementos materiais dos cemitérios também expressa formas locais de memória, cuidado e pertencimento. Nesses espaços, é comum que a materialidade funerária guarde marcas da relação direta das comunidades com o território,

seja pelo uso de materiais disponíveis na região, seja pela presença de túmulos simples, cruzes, inscrições, ornamentos e práticas coletivas de manutenção. Em contraste com cemitérios urbanos mais padronizados, esses espaços costumam conservar traços mais diretamente ligados à experiência comunitária e familiar da morte. Clarkson (2015) observa que detalhes nas lápides, nos túmulos e nos materiais utilizados podem revelar preferências estéticas, valores culturais e vínculos sociais específicos. Por isso, a conservação desses cemitérios não deve se limitar à estabilidade física das estruturas, mas precisa também resguardar elementos que expressam modos locais de relação com a memória, com os mortos e com o território.

Na Serra Geral de Minas Gerais, a autenticidade dos cemitérios não se limita à preservação física de seus elementos, mas envolve também as formas de cuidado, os símbolos e os sentidos que lhes são atribuídos socialmente. A disposição dos túmulos, a presença de marcas religiosas e as práticas de manutenção ajudam a compreender como esses espaços se relacionam com a memória e com o pertencimento. Ignorar essas dimensões em ações de conservação pode enfraquecer os vínculos históricos e afetivos que as comunidades mantêm com seus mortos.

Figura 3. Túmulos da década de 1920 – Gameleiras/MG



Fonte: Foto pelo autor, 2024

Além da autenticidade, a integridade é outro princípio essencial na conservação dos cemitérios ligados aos processos de formação, ocupação e permanência das comunidades no território. A integridade estrutural refere-se à manutenção das características físicas do espaço, como a disposição dos túmulos, os caminhos internos, os limites do cemitério e suas configurações espaciais. A integridade simbólica, por sua vez, está relacionada à preservação dos sentidos históricos, culturais, religiosos e afetivos atribuídos a esses lugares. Stasyuk (2019) destaca que as intervenções devem respeitar os significados culturais e emocionais dos monumentos funerários, considerando tanto o estado material das lápides quanto o simbolismo da organização espacial do cemitério. Desse modo, intervenções como remoções,

substituições, padronizações, ampliações ou reformas realizadas sem atenção à história do lugar e sem diálogo com aqueles que mantêm vínculos com esse espaço podem comprometer não apenas sua configuração física, mas também sua função social e seu valor simbólico.

Freitas, Ramos e Kaufman (2019) reforçam essa discussão ao analisar espaços funerários relacionados a diferentes tradições religiosas. Os autores defendem que a integridade simbólica precisa ser preservada para que as intervenções não apaguem a identidade cultural e religiosa presente nas práticas funerárias locais. No Sítio Pilar, em Recife (PE),³ a preservação da integridade estrutural e simbólica evidencia a importância de compreender esses espaços a partir de seu contexto histórico e cultural. Nessa perspectiva, os cemitérios não são apenas locais de sepultamento, mas espaços nos quais se inscrevem práticas, valores, crenças e memórias coletivas. Sua conservação, portanto, precisa considerar tanto os elementos materiais quanto os sentidos sociais e culturais que lhes dão significado (Ariès, 2014; 2014).

Nessa perspectiva, é essencial compreender que a conservação dos cemitérios não se resume à reparação de túmulos ou à pintura de muros. Trata-se de preservar os vínculos entre os vivos e os mortos, o direito à memória e o reconhecimento de diferentes formas de viver e expressar o luto, dimensões que se relacionam às mudanças históricas das atitudes diante da morte e às formas sociais de manutenção da lembrança dos mortos (Ariès, 2014; 2014). Esses vínculos aparecem em práticas observáveis em diferentes comunidades, como rezas, cantos religiosos, acendimento de velas, ornamentação dos túmulos, visitas coletivas em datas comemorativas e ações de limpeza e cuidado compartilhado do cemitério. Esses elementos não são acessórios, mas constitutivos da identidade desses espaços e de seu valor como patrimônio cultural.

Intervenções como a retirada ou substituição de lápides, a padronização de túmulos, a alteração do traçado do cemitério e reformas realizadas sem atenção aos sentidos históricos, religiosos e afetivos atribuídos pela comunidade podem comprometer a integridade simbólica desses espaços e romper práticas locais de cuidado e memória. Nesse sentido, a conservação precisa articular os aspectos materiais e os valores sociais e culturais que dão significado ao cemitério, como discutem Cymbalista, Feldman e Kühl (2017) e Stasyuk (2019). Por isso, projetos de conservação devem incorporar a participação ativa das comunidades envolvidas, por meio da escuta de moradores, familiares e lideranças religiosas, do registro de narrativas locais e do acompanhamento comunitário das decisões sobre intervenções. Mais do que uma consulta pontual, essa escuta deve ser entendida como reconhecimento dos saberes produzidos por aqueles que mantêm vínculos históricos, afetivos e rituais com esses espaços.

Outro ponto fundamental é que a integridade simbólica também inclui o ambiente ao redor do cemitério. A vegetação, os caminhos de acesso, os muros de pedra ou de barro, e até o silêncio que envolve o espaço fazem parte da experiência vivida nesses lugares. Modificações bruscas, como pavimentações, construções vizinhas ou cercamentos artificiais,

³ Para mais informações sobre o tema, ver os trabalhos de Pollyana Calado de Freitas, doutora em Arqueologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural no Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco e graduada em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

podem descaracterizar o espaço e comprometer sua integridade ambiental, que também é uma dimensão da integridade patrimonial.

A adoção de tecnologias apropriadas, como mapeamento digital, levantamento fotográfico, diagnóstico de materiais e modelagens em 3D, pode contribuir para a documentação e a preservação dos cemitérios sem descaracterizar seus elementos. Essas ferramentas permitem registrar a organização espacial, identificar processos de deterioração e subsidiar intervenções com maior precisão. Além disso, podem apoiar produtos de pesquisa e difusão, como guias ilustrados e sistemas de informação patrimonial, a exemplo dos Guias Ilustrados dos Cemitérios de Lisboa, ligados ao trabalho de Gisela Monteiro e Maria da Gandra (2024), utilizados pela Divisão de Gestão Cemiterial de Lisboa para organizar registros fotográficos e informações sobre jazigos. Nesse sentido, tais recursos devem ser entendidos como instrumentos de apoio à pesquisa, ao inventário e à conservação.

Preservar a integridade e a autenticidade dos cemitérios é, portanto, um exercício de equilíbrio entre técnica e cultura, entre norma e afeto, entre o que é visível e o que só pode ser percebido por quem compartilha da história e da memória desses espaços.

No contexto da Serra Geral de Minas Gerais, muitos cemitérios vinculados à formação e à permanência das comunidades no território funcionam como marcas materiais da presença coletiva no espaço. Neles se inscrevem vínculos de parentesco, memórias familiares, referências religiosas e formas de ocupação da terra transmitidas entre gerações. Em comunidades rurais e quilombolas, por exemplo, a presença dos mortos no mesmo território vivido pelos vivos reforça sentidos de ancestralidade, continuidade e pertencimento, fazendo do cemitério não apenas um lugar de sepultamento, mas também um marco da memória social. Respeitar esses princípios de conservação significa, portanto, reconhecer histórias de ocupação, vínculos comunitários e experiências culturais que muitas vezes permanecem pouco visíveis nos registros oficiais. Nesse esforço, torna-se essencial compreender que a complexidade desses espaços exige olhares diversos e complementares. A conservação dos cemitérios, portanto, não pode se limitar a ações isoladas, mas demanda uma abordagem que una diferentes áreas do conhecimento e reconheça esses locais como espaços vivos de memória, identidade e cultura.

A conservação dos cemitérios demanda uma abordagem multidisciplinar que os reconheça não apenas como espaços de sepultamento, mas como lugares nos quais se inscrevem memórias, vínculos comunitários e práticas sociais. Na Serra Geral de Minas Gerais, essa discussão pode ser observada, por exemplo, nos cemitérios vinculados ao território quilombola do Gurutuba⁴, que abrange diferentes municípios da região, e nos cemitérios rurais de Gameleiras/MG. Os estudos sobre os Gurutubanos destacam a importância da territorialidade, da sociabilidade, da memória e das formas próprias de organização cultural desses grupos, elementos fundamentais para compreender os cemitérios como parte da permanência coletiva no território (Costa Filho, 2005; Costa Filho, 2008; Coelho, 2010; 2012). Essa leitura também se aproxima das discussões sobre comunidades tradicionais e lutas pelo lugar, especialmente

⁴ Sobre o Quilombo Gurutuba, no Norte de Minas Gerais, ver Costa Filho (2005; 2008), que discute os processos de territorialização, produção e sociabilidade da comunidade, além da Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares por meio da Portaria n.º 26, de 6 de junho de 2005.

em contextos atravessados por disputas territoriais e processos de invisibilidade institucional (Anaya, 2012; Dayrell, 2019).

No contexto da Serra Geral, os cemitérios ajudam a compreender modos de vida, crenças religiosas, formas de organização comunitária e vínculos com a terra que ultrapassam a função de sepultamento. Por isso, qualquer intervenção nesses locais precisa ser antecedida por estudos interdisciplinares que considerem suas múltiplas dimensões e significados, evitando leituras restritas à materialidade dos túmulos.

A arqueologia funerária, por exemplo, contribui para o entendimento das práticas mortuárias, da organização espacial dos túmulos, dos tipos de sepultamento e do uso de artefatos simbólicos. Essa abordagem permite compreender os vestígios materiais da morte como registros de práticas sociais, crenças, hierarquias, vínculos familiares e formas de organização cultural (Ribeiro, 2007). Em contextos onde os registros escritos são escassos, como em parte dos cemitérios quilombolas e rurais da região, ela se torna importante para ampliar a compreensão da memória social, da ocupação do território e dos vínculos culturais das comunidades.

Já a antropologia oferece uma leitura mais profunda sobre os significados atribuídos aos rituais, aos objetos funerários e às formas de luto. Por meio de observações de campo, entrevistas e estudos etnográficos, é possível entender como os moradores vivenciam a morte, como cuidam dos túmulos, que práticas realizam em datas específicas, e qual o papel do cemitério na vida cotidiana. Essa escuta sensível é essencial para orientar projetos de conservação que respeitem os valores locais e não imponham visões externas sobre o que deve ser preservado.

A história e a geografia, por sua vez, ajudam a situar os cemitérios no tempo e no espaço. Compreender os processos de formação das comunidades, as rotas de ocupação do território, os conflitos por terra e as mudanças no uso do solo permite contextualizar os cemitérios dentro das dinâmicas sociais mais amplas. A geografia, especialmente a cultural e a urbana, contribui para entender como os espaços da morte se articulam com os demais elementos da paisagem e como são afetados pelas transformações urbanas contemporâneas.

A arquitetura e a conservação, por fim, oferecem as ferramentas técnicas para lidar com a materialidade dos cemitérios. A análise dos materiais construtivos, das formas dos túmulos, das esculturas e das inscrições permite propor intervenções adequadas, que respeitem a estética original e garantam a estabilidade das estruturas. No entanto, como reforçam Cymbalista, Feldman e Köhl (2017), essas ações devem estar sempre integradas às demais dimensões culturais, evitando reduções formalistas que tratem os cemitérios apenas como objetos patrimoniais estáticos.

A abordagem multidisciplinar não se resume à atuação conjunta de especialistas, mas envolve a articulação entre diferentes áreas do conhecimento e diferentes formas de saber. No caso dos cemitérios, isso permite reunir leitura histórica, análise material, organização espacial e compreensão social dos usos e significados atribuídos a esses espaços. Assim, sua conservação pode ser conduzida de modo mais atento à complexidade dos cemitérios e aos vínculos que mantêm com a memória e com a vida comunitária.

Nesse mesmo sentido, valorizar esses espaços exige também atenção ao contexto histórico e cultural no qual estão inseridos, pois é nele que se constituem os vínculos identitários e as memórias coletivas que os tornam únicos para as comunidades que os mantêm. Compreender esse pano de fundo é essencial para que as ações de preservação respeitem e fortaleçam os sentidos atribuídos localmente aos cemitérios, reconhecendo sua centralidade como marcos da presença, da resistência e da história social.

Valorizar o contexto histórico e cultural dos cemitérios é reconhecer que esses espaços guardam marcas da trajetória das comunidades, das formas de vida e das relações sociais que moldaram o território. Na Serra Geral de Minas Gerais, os cemitérios podem ser compreendidos para além da função de sepultamento, pois também ajudam a revelar permanências territoriais, vínculos comunitários e formas de memória social, especialmente em contextos rurais e quilombolas (Sousa, 2026).

O processo de ocupação da Serra Geral, desde o período colonial, foi atravessado por dinâmicas desiguais de organização do território, envolvendo a expansão da pecuária, a presença do clero e conflitos com populações indígenas, o que contribuiu para consolidar formas duradouras de diferenciação social e simbólica na região (Neves, 1908; Macedo, 1952; Pires, 2007; Silva, 2018).

Valorizar esse contexto significa reconhecer a importância desses espaços como patrimônios culturais, mesmo quando não estão tombados oficialmente ou protegidos por legislação. Como observa Delgado (2010), a memória se constrói a partir da relação entre o tempo e o espaço, e os cemitérios da Serra Geral funcionam como pontes entre o passado e o presente, entre os que partiram e os que continuam vivendo no mesmo território. Ignorar esse valor simbólico e histórico é comprometer a identidade dos grupos que se relacionam com esses espaços.

Essa valorização exige um olhar sensível às diversas manifestações culturais presentes nos cemitérios, que vão das formas arquitetônicas dos túmulos aos rituais realizados em datas específicas. Em Serra Branca,⁵ zona rural de Porteirinha/MG, essas práticas podem ser observadas no Dia de Finados e na festa de Senhora Sant'Ana, momentos em que o cemitério se torna espaço de visita, limpeza dos túmulos, flores, missas e reafirmação dos vínculos comunitários. Muitas vezes pouco visíveis aos olhos técnicos, tais práticas são expressões de uma cultura viva e precisam ser documentadas, valorizadas e protegidas (Sousa, 2026).

Outro ponto central é o respeito à diversidade religiosa e aos diferentes sistemas simbólicos que estruturam os rituais fúnebres. Conforme Sousa (2026), isso pode ser observado em localidades como Serra Branca, o Quilombo Lapinha, em Matias Cardoso/MG,⁶ o território

⁵ Informação baseada em observação de campo realizada em Serra Branca, Porteirinha/MG, em 2024, complementada por entrevistas com moradores e registros fotográficos do autor.

⁶ Sobre o Quilombo Lapinha, em Matias Cardoso/MG, ver Anaya (2012), Dayrell (2019) e Martins (1975; 1981; 2003), autores que permitem compreender a comunidade a partir das relações entre resistência quilombola, territorialidade, ancestralidade e permanência de práticas culturais no Norte de Minas.

do Gurutuba e também em comunidades rurais, como Jacaré Grande,⁷ onde práticas religiosas e comunitárias ajudam a organizar a relação com os mortos e a memória coletiva. Essa diversidade deve ser compreendida como parte do patrimônio cultural desses espaços e, por isso, precisa ser respeitada nas ações de preservação.

Por fim, uma abordagem ética e socialmente responsável precisa incorporar o princípio da continuidade. Conservar não é apenas restaurar o passado, mas também garantir que os cemitérios permaneçam como lugares de memória viva, onde os rituais possam continuar a ser realizados, os laços afetivos sejam cultivados e a história coletiva continue sendo escrita. A ética na conservação não está apenas nas técnicas utilizadas, mas também na forma como se olha para o outro, para a dor, para a lembrança e para o direito de existir e de ser lembrado.

Saberes locais, participação comunitária e preservação dos cemitérios

A participação comunitária nos processos de conservação deve começar desde as primeiras etapas, com escuta ativa, reuniões públicas, consultas e oficinas. Os moradores conhecem cada canto do cemitério, sabem onde estão enterrados os ancestrais, quais práticas são importantes em cada época do ano, quais materiais têm valor simbólico e quais mudanças seriam inaceitáveis. Incorporar esses saberes no planejamento das intervenções evita erros e amplia o sentido de pertencimento das pessoas em relação ao patrimônio.

Essa abordagem dialoga com a compreensão do patrimônio como um bem de valor social compartilhado, cuja preservação não deve ser tratada como responsabilidade exclusiva do Estado ou de especialistas, mas como um processo que envolve os diferentes sujeitos que mantêm vínculos com o espaço. No caso dos cemitérios, isso inclui moradores, familiares, lideranças religiosas, pesquisadores, gestores públicos e técnicos, cujas experiências e conhecimentos contribuem para soluções mais sensíveis aos aspectos materiais e culturais do lugar (Cymbalista; Feldman & Kühl, 2017; Portal, 2020).

Nessa perspectiva, a gestão compartilhada implica a participação efetiva desses sujeitos na definição de prioridades, no acompanhamento das intervenções e na valorização dos usos sociais do cemitério. Na Serra Geral de Minas Gerais, práticas como a limpeza dos cemitérios antes do Dia de Finados ou de festas de padroeiro mostram formas coletivas de cuidado que, quando reconhecidas e articuladas a políticas públicas e ações educativas, podem fortalecer a preservação desses espaços (Sousa, 2026).

Outro ponto importante é garantir que a participação comunitária não seja simbólica ou superficial, envolver as comunidades não pode se resumir a colher assinaturas ou realizar uma audiência pública obrigatória. É preciso criar espaços permanentes de diálogo, como conselhos locais de preservação, com poder real de decisão, onde as pessoas possam acompanhar o andamento das ações, aprovar propostas e denunciar irregularidades. O protagonismo comunitário deve ser respeitado em todas as fases do processo.

⁷ Sobre Jacaré Grande, em Janaúba/MG, ver Coelho (2012), que identifica a comunidade como uma das trinta que compõem o Território Gurutubano, no Norte de Minas Gerais, marcado por ancestralidade quilombola, organização comunitária e vínculos territoriais compartilhados. A autora indica ainda que esse território abrange comunidades distribuídas por municípios como Catuti, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Monte Azul, Pai Pedro e Porteirinha.

A formação de agentes locais de preservação também é uma estratégia eficaz, capacitar moradores para atuarem como monitores, registradores de memória, cuidadores dos espaços e interlocutores com as instituições amplia a autonomia das comunidades e cria uma rede de cuidado sustentável. Isso pode ser feito por meio de oficinas, cursos, intercâmbios e apoio técnico, respeitando sempre os ritmos, os saberes e os desejos dos participantes.

Para que esse reconhecimento se fortaleça e alcance diferentes gerações, é importante investir em ações educativas que valorizem a memória local e aproximem crianças, jovens e adultos da história dos cemitérios e dos vínculos que esses espaços mantêm com a vida comunitária. Nessa perspectiva, atividades como rodas de conversa, visitas orientadas, exposições, registros de narrativas locais e trabalhos escolares podem contribuir para ampliar o sentimento de pertencimento e o cuidado coletivo, articulando memória, território e preservação.

A inserção do tema dos cemitérios e da morte nas escolas, por exemplo, pode ser feita de maneira sensível e cuidadosa, conectando o conteúdo à história local, à geografia do território, à cultura popular e às práticas religiosas. Professores podem trabalhar com estudantes o mapeamento dos cemitérios da comunidade, a coleta de histórias orais sobre os rituais fúnebres e o registro de práticas simbólicas relacionadas ao luto, como cantos, rezas e objetos deixados sobre os túmulos. Essas atividades ajudam a combater o tabu em torno da morte e mostram que os cemitérios são também espaços de vida e de memória.

Além disso, oficinas intergeracionais, onde crianças, jovens e idosos se reúnem para compartilhar experiências, criar murais, construir maquetes ou produzir vídeos e podcasts, são formas potentes de sensibilização. Essas atividades tornam visível o valor dos cemitérios para quem muitas vezes passa por eles sem compreender seu significado, elas também ajudam a transmitir valores como respeito, cuidado e solidariedade entre gerações.

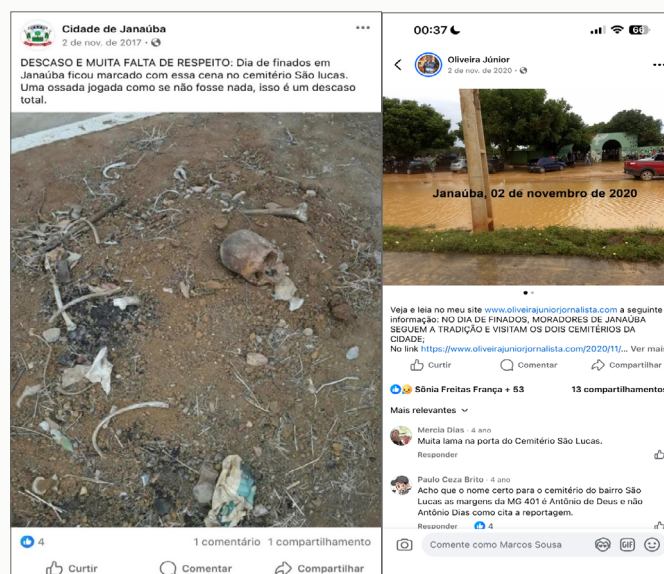
As ações de sensibilização também podem acontecer por meio de eventos culturais comunitários, como feiras de saberes tradicionais, apresentações musicais, exposições fotográficas ou caminhadas guiadas pelos cemitérios. Esses momentos devem ser conduzidos com profundo respeito pelo caráter sagrado do lugar, mas podem servir como ponto de encontro entre moradores, pesquisadores, visitantes e gestores públicos. Quando bem organizados, esses eventos ampliam o reconhecimento social dos espaços da morte, inserindo-os no imaginário coletivo como parte valiosa da história regional.

Outro caminho importante é a produção e distribuição de materiais educativos acessíveis, como cartilhas, vídeos curtos, mapas ilustrados, painéis informativos e podcasts, elaborados em linguagem simples e com apoio da comunidade. Esses materiais podem circular nas escolas, postos de saúde, igrejas, rádios locais e redes sociais, contribuindo para que mais pessoas compreendam o valor simbólico e histórico dos cemitérios da Serra Geral.

A educação patrimonial também pode abordar problemas identificados em parte dos cemitérios municipais da Serra Geral de Minas Gerais, como precariedade na conservação, manutenção insuficiente e transformações espaciais que afetam sua preservação. Registros de campo e fotografias produzidos na pesquisa mostram que, em alguns casos, esses espaços apresentam sinais visíveis de descuido, o que reforça a necessidade de ampliar o debate público

sobre sua proteção. Discutir essas questões de forma aberta e participativa pode fortalecer o sentimento de pertencimento e estimular o envolvimento coletivo na defesa desses lugares.

Figura 4. Condições precárias do Cemitério São Lucas em Dias de Finados (Janaúba/MG)



Fonte: Facebook / Cidade de Janaúba (2017) e Oliveira Júnior (2020). Capturas de tela feitas pelo autor.

Outro aspecto importante é a aproximação entre o saber técnico e os conhecimentos construídos pelas comunidades na relação cotidiana com os cemitérios. Nessa direção, ações educativas podem favorecer o diálogo entre esses diferentes repertórios, permitindo que leituras históricas, patrimoniais e espaciais se articulem às experiências locais de cuidado, memória e uso do espaço. Mais do que ensinar de forma unilateral, esse processo envolve troca, escuta e reconhecimento de que a preservação dos cemitérios depende tanto de conhecimentos especializados quanto da compreensão dos sentidos que esses lugares assumem para as comunidades.

Por fim, a sensibilização também passa por reconhecer publicamente a importância dos sujeitos que cuidam desses espaços, como líderes comunitários, zeladores, benzedeiros, rezadeiras e familiares. Valorizá-los em eventos, materiais de divulgação ou em políticas públicas é uma forma de garantir que sua atuação não se perca com o tempo. A morte, em muitas comunidades da Serra Geral, é um campo de resistência cultural, e os que cuidam da memória dos mortos também cuidam da história dos vivos.

Essa valorização cotidiana, sustentada por práticas de cuidado e respeito, precisa ser acompanhada por estratégias de preservação que estejam em sintonia com os saberes locais, é nesse sentido que se destaca a importância da minimização das intervenções como princípio orientador das metodologias de conservação, especialmente em contextos em que a preservação da memória está intrinsecamente ligada à materialidade dos túmulos, à estética do tempo e às formas singulares de expressão da cultura funerária.

A conservação de cemitérios históricos deve seguir o princípio da intervenção mínima; isso significa atuar com o menor impacto possível sobre os elementos originais, buscando

preservar a autenticidade e a integridade dos materiais, das formas e dos significados presentes nos túmulos, nas esculturas, nas inscrições e na própria organização espacial dos cemitérios. Esse princípio é especialmente relevante nos territórios da Serra Geral de Minas Gerais, onde a presença de comunidades tradicionais, como os quilombolas, impõe o dever de respeito aos modos de vida e às práticas funerárias específicas desses grupos.

A ideia de intervenção mínima parte do entendimento de que os cemitérios carregam marcas do tempo que não devem ser apagadas. O desgaste natural, a pátina dos materiais e até a vegetação espontânea integram a história do lugar e contribuem para sua identidade visual e simbólica. A substituição desses elementos por versões novas, padronizadas ou “modernizadas” pode descaracterizar o cemitério e comprometer sua autenticidade. Nesse sentido, como observa Clarkson (2015), a preservação não consiste em devolver ao espaço uma aparência idealizada, mas em manter sua materialidade e seus significados, respeitando os efeitos do tempo.

Nesse sentido, a escolha dos materiais e das técnicas de intervenção deve levar em conta a compatibilidade com os materiais originais, o clima local, as condições de umidade, insolação e presença de vegetação. Em muitas regiões da Serra Geral, os túmulos são construídos com pedras locais, barro, madeira ou concreto simples, materiais que demandam cuidados específicos. A substituição por mármore industrial, cerâmica brilhante ou pintura em cores não tradicionais, por exemplo, rompe com a estética e a lógica cultural do lugar.

As metodologias de conservação mais adequadas são aquelas que combinam técnicas tradicionais, utilizadas pelas próprias comunidades, com tecnologias contemporâneas de monitoramento e documentação. A conservação preventiva também é uma metodologia essencial dentro dessa lógica, ela busca identificar e neutralizar os fatores que causam deterioração, evitando a necessidade de intervenções mais complexas. Por exemplo, o controle da vegetação invasiva ao redor dos túmulos, a melhoria da drenagem do solo e a instalação de cercamentos leves para evitar o trânsito de animais podem prolongar a vida útil dos monumentos sem alterar sua estrutura original. Essas ações, muitas vezes, já são realizadas pelas comunidades locais, e devem ser apoiadas por políticas públicas e programas de valorização do patrimônio.

Stasyuk (2019) destaca que o sucesso da conservação com intervenção mínima depende também de capacitação profissional e diálogo com os saberes locais. Isso inclui formar restauradores que saibam atuar com sensibilidade em contextos históricos e culturais específicos e valorizar as práticas de manutenção comunitária já existentes. Em muitos cemitérios da Serra Geral, é comum que famílias retornem aos túmulos de seus antepassados em datas significativas, realizem pequenas reformas, pintem bordas, limpem as lápides e coloquem símbolos de devoção. Essas práticas fazem parte da vitalidade do espaço e devem ser consideradas parte da estratégia de conservação.

Outro aspecto relevante da metodologia de conservação é o registro sistemático das intervenções realizadas. Documentar cada passo, cada produto usado e cada elemento restaurado é importante tanto para a transparência quanto para a criação de uma memória técnica que possa orientar futuras ações. Além disso, esse tipo de registro valoriza o trabalho

dos profissionais envolvidos e das comunidades participantes, reforçando a dimensão coletiva do cuidado com o patrimônio.

A conservação com base na intervenção mínima também se alinha ao direito à memória e à proteção do patrimônio imaterial. Muitos cemitérios históricos abrigam não apenas estruturas materiais, mas também histórias orais, tradições e experiências afetivas que não podem ser reproduzidas por meio de técnicas convencionais. Por isso, toda metodologia aplicada deve incluir também formas de registrar, divulgar e respeitar esses conteúdos imateriais, por meio de entrevistas, narrativas, vídeos, fotografias e publicações.

Por fim, é importante compreender que a minimização das intervenções não significa passividade. Ao contrário, exige planejamento cuidadoso, análise de riscos, conhecimento técnico e envolvimento comunitário. Significa optar por soluções sustentáveis, reversíveis e respeitadas, capazes de proteger o que realmente importa: a história, os significados e os vínculos humanos que dão vida aos cemitérios. No contexto da Serra Geral de Minas Gerais, essa abordagem representa não apenas uma técnica de conservação, mas também uma escolha ética e cultural, comprometida com o reconhecimento das memórias populares e com a valorização da diversidade no campo da preservação patrimonial.

Reconhecimento institucional e instrumentos de proteção

A efetiva preservação dos cemitérios históricos da Serra Geral de Minas Gerais depende, entre outros fatores, da utilização de instrumentos legais que garantam seu reconhecimento e proteção. Embora esses espaços carreguem um valor simbólico inestimável para as comunidades, muitos permanecem juridicamente invisíveis, sem registro, sem delimitação formal e sem qualquer forma de proteção institucional. Isso os torna vulneráveis à expansão urbana, à especulação imobiliária e à erosão do tempo.

A primeira medida fundamental para a proteção legal desses espaços é a regularização fundiária. Muitos cemitérios tradicionais foram instalados em terras ocupadas por comunidades há gerações, mas sem documentação formal. Sem esse reconhecimento, eles não podem ser protegidos por leis patrimoniais, nem incluídos em planos diretores ou inventários oficiais. Programas de apoio à titulação coletiva, como os voltados para territórios quilombolas e comunidades tradicionais, devem contemplar os espaços fúnebres como parte integrante do direito à terra e à memória.

Além disso, é necessário que os cemitérios sejam incluídos nos inventários municipais e estaduais de patrimônio cultural, o que exige ações coordenadas entre órgãos de cultura, urbanismo e meio ambiente. O inventário não apenas registra a existência do espaço, mas reconhece seu valor histórico, arquitetônico e social. Esse reconhecimento é um primeiro passo para o tombamento ou para a adoção de outras formas de proteção previstas em leis como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que incentiva a gestão democrática do patrimônio urbano.

Os tombamentos municipais ou estaduais são mecanismos mais robustos de proteção, garantindo que qualquer intervenção no espaço atenda a critérios técnicos e seja aprovada

pelos conselhos de patrimônio. No entanto, o tombamento não deve ser encarado como uma solução isolada ou burocrática. Ele deve ser acompanhado de ações educativas, investimento em manutenção e escuta contínua das comunidades. Além disso, nem todos os cemitérios precisam ser tombados para serem respeitados: o reconhecimento legal pode se dar também por meio de termos de ajuste, protocolos de intenção ou decretos municipais de proteção cultural, a depender do contexto e da vontade da comunidade.

Outra via importante é o reconhecimento dos cemitérios a partir de sua dimensão imaterial, especialmente quando o valor do espaço está ligado a práticas culturais, rituais, saberes e modos de vida compartilhados pelas comunidades. Nesses casos, o foco não recai apenas sobre a materialidade do cemitério, mas também sobre os significados sociais, religiosos e culturais que estruturam a relação com os mortos (Freitas, Ramos e Kaufman, 2019). Nos territórios da Serra Geral, onde o cuidado com os mortos integra a memória coletiva e a vida comunitária, esse reconhecimento pode contribuir para a formulação de ações de salvaguarda voltadas à continuidade dessas práticas (Sousa, 2026).

Por fim, a legislação deve prever mecanismos de financiamento e incentivo à conservação dos cemitérios comunitários, a maioria desses espaços é mantida com recursos próprios dos moradores, com pouco ou sem qualquer apoio público. Linhas de fomento, editais, convênios e programas de valorização da cultura popular podem ser usados para apoiar projetos de mapeamento, sinalização, reparos emergenciais, capacitação e difusão. Essas iniciativas não devem impor formatos prontos ou exigir contrapartidas incompatíveis com a realidade das comunidades, mas sim respeitar os modos de fazer locais.

A construção de marcos legais específicos para cemitérios comunitários e tradicionais é uma tarefa urgente. Assim como o Estado reconhece oficialmente os cemitérios urbanos organizados por concessionárias, ele precisa garantir que os espaços de memória criados pelas comunidades também tenham direito à proteção, à permanência e à dignidade. Sem isso, o risco de apagamento histórico continuará rondando os cemitérios invisíveis, aqueles que resistem, silenciosamente, às margens do território, carregando consigo a história de quem não pode mais falar, mas que não pode ser esquecido.

Considerações Finais

A preservação dos cemitérios da Serra Geral de Minas Gerais revela uma dimensão profunda da relação entre memória, identidade e permanência no território. Longe de serem apenas locais de sepultamento, esses espaços funcionam como arquivos vivos das histórias das comunidades, reunindo laços afetivos, práticas culturais e formas próprias de organização social.

Ao longo do texto, buscou-se defender que a preservação desses espaços exige a articulação entre conhecimento técnico, leitura histórica e reconhecimento dos vínculos comunitários que lhes dão sentido. Mais do que conservar túmulos, lápides e outras estruturas, trata-se de compreender os cemitérios como lugares nos quais permanecem inscritos modos de cuidar dos mortos, rituais, objetos simbólicos, práticas religiosas e formas de pertencimento que continuam a fazer parte da vida comunitária.



No contexto da Serra Geral, essa preservação também depende do fortalecimento de instrumentos legais e políticos capazes de assegurar o direito à memória e à permanência desses espaços no território. A regularização fundiária, os inventários culturais, o tombamento e o reconhecimento de valores imateriais associados aos cemitérios podem contribuir para esse processo, desde que construídos com respeito às especificidades locais e com participação das comunidades envolvidas.

Reconhecer a importância desses espaços é também reconhecer grupos sociais que, por muito tempo, permaneceram pouco visíveis nas narrativas oficiais. Significa afirmar o direito das comunidades de lembrar seus mortos, cuidar de sua história e manter vivos os vínculos que sustentam sua memória coletiva. Nesse sentido, a valorização dos cemitérios contribui não apenas para a preservação de bens culturais, mas também para uma compreensão mais ampla das relações entre território, cultura e permanência social na Serra Geral de Minas Gerais.

Referências Bibliográficas

Anaya, F. C. (2012). *De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].

Ariès, P. (2014). *História da morte no Ocidente*. Companhia das Letras.

Ariès, P. (2014). *O homem perante a morte*. Editora Unesp.

Coelho, M. do S. V. (2010). *Os gurutubanos: língua, história e cultura* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais].

Coelho, M. do S. V. (2012). Quilombolas gurutubanos: história e cultura. *Revista da ABPN*, 4(8), 228–248.

Costa Filho, A. (2005). *Laudo de identificação e delimitação territorial do Quilombo do Gurutuba*. Fundação Cultural Palmares/Universidade Católica de Brasília. Mimeo.

Costa Filho, A. (2008). *Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília].

Cymbalista, R. (2011). *Sangue, ossos e terras: os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro – séculos XVI e XVII*. Alameda.

Cymbalista, R.; Feldman, S. & Kühl, B. M. (2017). *Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas*. Annablume.

Dayrell, C. A. (2019). *De nativos e de caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Montes Claros].

Freitas, P. C. de; Ramos, A. C. P. T., & Kaufman, T. N. (2019). Tem judeu aí? Arqueologia das práticas funerárias do Sítio Pilar, Recife - PE. *FUMDHAMENTOS*, 16(2), 73–103.

Lefebvre, H. (2006). *A produção do espaço* (4. ed.). Editora UFMG.

Macedo, J. N. (1952). *Fazendas de gado no vale do São Francisco*. Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola.

Monteiro, G. & Gandra, M. da (2024). *Guia ilustrado: cemitério dos Prazeres*. MaisPortuguesia.

Neves, A. da S. (1908). Chorographia do Município de Boa Vista do Tremedal – Estado de Minas Geraes. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, 13, 219–354.

Pires, S. R. (2007). *Raízes de Minas*. Editora Unimontes.

Reis, J. J. (2023). A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. Companhia das Letras.

Ribeiro, M. S. (2007). *Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica*. Alameda.

Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Edusp.

Silva, Wilney Fernando (2018). A influência do Catolicismo na educação de Porteirinha/MG (1937-1962). 337f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Sousa, M. W. de. (2026). *Produção do espaço e a morte: urbanização, territórios e práticas fúnebres na Serra Geral de Minas Gerais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Estadual de Montes Claros].

Stasyuk, O. (2019). Conservation of memorial monuments at historical cemeteries – Challenges and perspectives. *Architectural Studies*, 5(2), 124–134.

Submetido em: 30 de agosto de 2025

Aprovado em: 3 de maio de 2026